

Arquivo
JT
Data 2/12/99 Pg 15A
Class 33

Código Florestal: governo desiste de projeto

E anuncia que votação de mudanças foi adiada para o ano que vem. Ecologistas temem volta do projeto atribuído aos ruralistas

O governo vai pedir a retirada do projeto de conversão que modifica o Código Florestal da pauta de votação do Congresso. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, anunciou ontem ter feito acordo com o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e o Secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, para deixar a votação da proposta para o próximo ano.

Sarney Filho disse não ser contra a mudança do Código, que necessita de atualização, mas acha que esse assunto deve ser amplamente discutido pela sociedade.

Sarney também argumentou com Parente e Ferreira que não há motivo para precipitar a votação, sem receber o parecer da Câmara Técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente, instalada em junho passado especialmente para discu-



tir o assunto. A negociação com o Planalto ocorreu depois de Sarney Filho receber em seu gabinete a senadora Marina Silva (PT-AC).

Receios

O anúncio do ministro não tranquilizou o coordenador do Instituto Sócio-Ambiental e da rede de ONGs da Mata Atlântica, João Paulo Capobianco. "Estou com medo ainda", desabafou, receoso de que a banca ruralista consiga encaixar o projeto de novo na pauta de votação. Ele compara essa situação com a de um carro sem breque que consegue desviar do primeiro farol. "Mas o carro continua sem breque", adverte. O projeto prevê redução da reserva legal de 80% para 20% no Cerrado, um dos mais ameaçados ecossistemas brasileiros, e para 50% na Amazônia.

Para Capobianco, o projeto de conversão da medida provisória que altera o código e foi elaborado pelo deputado Moacir Michelleto (PMDB-PR) é um completo equívoco. Segundo ele, o projeto vai estimular maior quantidade de desmatamento, por desobrigar propriedades com até 25 hectares de possuírem reserva legal.

A possibilidade de arrendar outras terras para compensar a destruição de reservas legais irá, na opinião de Capobianco, dificultar enormemente a fisca-

lização do cumprimento dessa exigência por parte do Poder Público. "Os ruralistas estão apostando nessas formas de acertos para burlar a lei", denuncia, acusando a proposta de Michelleto de provocar a "mercantilização da reserva legal" e extinção de espécies.

O coordenador do ISA comenta também que a proposta prejudica a agricultura no Brasil, porque sem proteção do meio ambiente o proprietário terá problemas de abastecimento de água, erosão e controle biológico. Grandes áreas sem cobertura natural da vegetação sofrem mais ataques de pragas, exigindo maiores gastos com defensivos agrícolas. Sem matas nativas, os mananciais podem desaparecer.

Capobianco responsabiliza integralmente o governo pelo risco de aprovar no Congresso uma revisão do código preparada pelos ruralistas. "Estamos fragilizados por obra da Presidência e da Casa Civil e da conivência do ministério do Meio Ambiente", lamenta, lembrando que esses setores do governo vinham negociando o projeto com os ruralistas.

Para a senadora Marina Silva, o Código Florestal deve ser aperfeiçoado e prever reservas legais coletivas, que somem as cotas de diversas propriedades e sirvam de corredor ecológico.

Sandra Sato/AE

www.defenda-se.inf.br

Mais informações sobre o Código Florestal no site